

**ABORDAGEM TERAPÊUTICA NO USO DE DROGAS PSICOATIVAS E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA ENFERMAGEM**

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.042-003>

Tatiane Raquel Santana da Cruz

Mestre em Saúde da Família
Universidade Estácio De Sá
tati.raquel@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8923-4959>
<http://lattes.cnpq.br/4377276706920981>

Wanessa Amancio dos Santos Bueno

Mestranda em Saúde Pública
Fundação Universitária Ibero Americana
wanessabuenoenf@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0006-0061-8048>
<https://lattes.cnpq.br/7386141158747945>

Amanda da Silva Lobo

Residência Clínica e Cirúrgica
Universidade Federal do Rio de Janeiro
amandalobo19@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5614-0940>
<https://lattes.cnpq.br/3943589845507884>

Geovana Simões Carneiro da Cruz

Especialização em Enfermagem Obstétrica.
Faculdade Pitágoras de Feira de Santana, FPFs, Brasil.
enfa.geovana@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0007-5700-4706>
<http://lattes.cnpq.br/3103258178983657>

Alexandre Zacarias Oliveira dos Santos

Especialista em Gestão
Faculdade Internacional Signorelli
zac.alexander2020@gmail.com
<https://lattes.cnpq.br/8110995550926684>
<https://orcid.org/0000-0002-7299-3043>

Fabiana Bezerra de Souto

Especialista em Enfermagem em Saúde da Mulher
Conselho Federal de Enfermagem – Cofen
fabianabsouto5@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8765-6683>
<http://lattes.cnpq.br/7528142870345451>



Claudia Regina dos Santos Brandão
UTI Geral e Gestão de Assistência Intensiva
Faculdade Venda Nova Imigrante
brandaoclaudia04@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/8334440092620173>
<https://orcid.org/0009-0001-5694-5084>

Kelly Mariano de Souza
Pós-Graduação em Enfermagem em Estomaterapia
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
kellymdesouza14@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0005-5532-8294>
<https://lattes.cnpq.br/3680940714269540>

Marcia Cristina Toledo
Pós-Graduação Em Terapia Intensiva e Emergência
Universidade Celso Lisboa
toledomarcia5@gmail.com
<https://lattes.cnpq.br/1660992263832623>
<https://orcid.org/0009-0000-7966-1028>

Rose Ramos Soares
Bacharel em Enfermagem
Uniabeu Centro Universitário
roseramos170@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0004-6029-0422>
<http://lattes.cnpq.br/7725423530064853>

RESUMO

O objetivo do artigo é promover uma reflexão sobre os uso de substâncias psicoativas na rede de atenção psicossocial. O uso de drogas gera preocupação para os serviços de saúde. A política de redução de danos, estabelecida na política nacional de atenção integral a usuários de drogas, é um modelo consolidado no país a partir de experiências reconhecidas internacionalmente. O estudo, trata-se de uma análise bibliográfica com enfoque narrativa sobre abordagem terapêutica no uso de drogas psicoativas na enfermagem. Concluiu-se que profissionais de saúde e aos profissionais que atuam na rede de atenção psicossocial e em serviços de apoio às famílias de usuários de substâncias psicoativas, que assumam uma postura compreensiva e inclusiva para evitar o uso precoce de substâncias psicoativas, auxiliar aqueles já envolvidos a não se tornarem dependentes e, aos que estão dependentes, oferecer meios para o abandono da droga ou padrões de uso com menos danos. A enfermagem facilita o acesso e o acolhimento qualificado aos usuários de substâncias psicoativas e à sua família, além de fortalecer as práticas de enfrentamento ao uso de substâncias psicoativas de forma contínua e integral. No entanto, é necessário realizar mais pesquisas sobre os efeitos das ações profissionais nos contextos das pessoas.

Palavras-chave: Dependência química. Uso de álcool. Saúde Mental. Enfermagem.



1 INTRODUÇÃO

Em 2005, foi aprovada a Política Nacional sobre Drogas/PNAD (substituindo a anterior Política Nacional Antidrogas, de 2002), que reconhece o uso de SPA como um fenômeno complexo, que envolve o tráfico, de um lado, e o uso em si, que demanda medidas assistenciais. Em 2006, foi aprovada a lei 11.343, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Em 2007, pelo decreto nº 6117/2007, foi desenvolvida a Política Nacional sobre o Álcool (Senad).

O MS criou, em 2009, o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e, em 2010, junto a outros órgãos governamentais, instituiu o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas. A lei nº 10.216 (Reforma Psiquiátrica), a política de Redução de Danos e outras medidas referentes às políticas públicas brasileiras de saúde mental/drogas representam avanços no campo da legislação e, também, no sentido de humanizar e redirecionar a assistência, evidenciando o/ a usuário/a como sujeito de direitos.

Porém, como afirma Alves e Rosa (2016), as complexidades, contradições e conflitos envolvidos na questão, bem como o preconceito que envolve os usuários, indicam a sua dupla penalização: social e legal.

A hegemonia de um paradigma do discurso moral abafa a totalidade da questão e a coloca em trânsito de um problema de polícia para o campo da saúde pública. Assim, subsistem desafios quanto à cidadania e autonomia das pessoas que usam Spa. Questões relativas ao gênero estão entre esses desafios.

Frequentemente a legislação, e, mesmo, as políticas, ignoram o fato de os usos serem ou não problemáticos, e determinados por inúmeras razões: o tratamento médico, a diminuição das inibições, a tentativa de lidar melhor com os percalços da vida, o desejo de pertencimento a determinado grupo social, a curiosidade, a procura por prazer, a redução de tensões, o uso em rituais religiosos (Alves e Rosa, 2016).

Essa questão suscita tensões entre “o dever de respeito à autonomia dos indivíduos e a necessidade de proteção da vulnerabilidade humana, na medida em que, se admitindo a existência de grupos de usuários que têm potencial autônomo e outros que não o têm, se releva a necessidade de dar a cada um o tratamento apropriado” (Alves e Rosa, 2016).

Por outro lado, a Redução de Danos tem investido em uma direção diferente do proibicionismo. Ela pode ser considerada enquanto um paradigma, pois engloba um olhar diferenciado para a questão das Spa, especialmente quanto ao respeito às diferentes formas de ser e estar no mundo das pessoas que consomem Spa; pode ser considerada um conjunto de estratégias de promoção de saúde e cidadania, pois é construída pelos próprios atores, que tentam minimizar as consequências dos usos de Spa lícitas ou ilícitas e não têm a abstinência como única meta; pode, ainda, ser denominada enquanto

política pública, pois, ao reconhecer a saúde como um direito de todos (e todas), promove a cidadania das pessoas que consomem Spa (Rodrigues, 2023).

Urday-Concha *et al.* (2019), o consumo de drogas é uma preocupação mundial ao causar danos sociais, psíquicos e biológicos. Assim, envolve perigos tanto para indivíduos quanto para grupos, uma vez que os efeitos prejudiciais do uso de substâncias psicoativas estão diretamente ligados a comportamentos de risco, tais como violência, comportamento sexual de risco e o ato de dirigir sob efeito de substâncias.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (Sus) disponibiliza ao usuário de drogas tratamento nos serviços/dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (Raps). A portaria n.º 3.088/2011 estabeleceu um conjunto de serviços e estratégias territoriais voltados para o cuidado integral e contínuo, abrangendo diferentes níveis de densidade tecnológica e complexidade. Ela atua na Atenção Básica à Saúde, Atenção Especializada, Atenção às Urgências e Emergências, Atenção Residencial de Caráter Transitório, Atenção Hospitalar e Estratégias de Desinstitucionalização e Reabilitação. Esta proposta é contrária às intervenções curativas isoladas e à fragmentação de programas e práticas clínicas (Brasil, 2011).

O Ministério da Saúde tem como modelo de atenção aos usuários de drogas a política de redução de danos, conforme a política para a Atenção Integral a Usuários de Drogas (Brasil, 2004).

2 METODOLOGIA

Este trabalho utilizou a revisão narrativa como método principal. O estudo é descrito com a seguinte hipótese: os métodos terapêuticos disponíveis pela rede SUS para dependentes químicos são eficazes? E como pergunta norteadora: Quais os métodos terapêuticos disponíveis na rede de atenção à saúde? O objetivo deste estudo foi analisar os métodos terapêuticos para dependentes químicos no sistema único de saúde.

O estudo se justifica pelo número abusivo de consumo de drogas psicoativas, gerando dependência química, psíquica e conseqüentemente aumentando gastos onerosos com tratamento no Sistema Único de Saúde.

A revisão narrativa permite reunir e analisar criticamente estudos teóricos e empíricos, proporcionando uma visão abrangente do tema e direcionando sua aplicabilidade na prática profissional. Este método segue as seis etapas descritas por Souza, Silva e Carvalho (2010).

Os textos foram coletados nas bases de dados online: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Literatura da América Latina e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Medline — National Library of Medicine, com os termos: (Transtornos relacionados ao uso de substância) AND (Transtorno relacionado ao uso de álcool) AND (Saúde Mental) AND (Enfermagem).

Os artigos foram selecionados com base em um critério de inclusão de artigos relevantes para o tema em questão, selecionados nos últimos 10 anos, e textos em português para facilitar a compreensão. Os critérios de exclusão incluíram artigos duplicados, incompletos, de línguas estrangeiras ou que não abordassem o tema em questão.

Nesse contexto, este estudo poderá fornecer informações que permitirão subsidiar condutas mais eficazes para o enriquecimento da temática relacionada ao uso abusivo de substâncias psicoativas. No entanto, novas pesquisas com enfoques sobre os fatores que interferem em sua execução, na prática dos profissionais de psicologia em saúde mental sendo fundamentais e devem ser incentivadas para o aprimoramento nos serviços de saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Santana e colaboradores (2020) sustentam que o consumo de substâncias psicoativas é uma atividade humana antiga e universal, não havendo sociedade que não tenha usado essas substâncias para diversos fins. O uso e os efeitos das substâncias auxiliam na solução do problema, auxiliando na prevenção, tratamento, reabilitação e reinserção dos usuários em diversas áreas da sociedade.

Logo, o consumo de substâncias químicas e seus efeitos são considerados graves problemas sociais e de saúde pública. Sabe-se, hoje em dia, que a ingestão de álcool em doses baixas diminui o risco de doenças cardiovasculares.

Acredita-se que os limites para um beber seguro podem ser estimados com base em diversos fatores, como as relações entre quantidade e tempo, as características biológicas relacionadas às diferenças entre os gêneros, os biótipos, etc. Para auxiliar na determinação aproximada de um beber seguro, criou-se o conceito de unidade de álcool. Uma unidade de álcool é algo como 10 gramas de álcool puro e pode variar em cada tipo de bebida.

É possível encontrar uma unidade de álcool em um copo de cerveja de 250 ml, em uma taça de vinho de 90 ml ou em uma dose. Como a capacidade média do corpo para metabolizar o álcool é de 25 ml a 40% por hora, para um consumo seguro, é recomendado, primeiramente, manter uma ingestão entre sete e 14 unidades semanais para as mulheres e entre 14 e 21 unidades semanais para os homens. Em segundo lugar, não exceder esses valores em uma fração de tempo muito curta, ou seja, não consumir toda essa quantidade num único dia.

Por outro lado, Morais e Paixão (2020), eventos desfavoráveis, como brigas familiares, violência e internações hospitalares, podem acarretar despesas e problemas financeiros e sociais. Tanto os órgãos governamentais quanto os profissionais de saúde estejam atentos a eventos que resultem em mortes e limitações funcionais temporárias ou permanentes. A prioridade pelo consumo resulta em comportamentos manipuladores e ilícitos, apesar de dificuldades financeiras, sociais e familiares.

Como aponta S. Kirchner (2020), durante a destruição, o sofrimento de se sentir sozinho com todas as consequências, desperta o desejo de mudar de vida e, conseqüentemente, de encontrar soluções. A busca por soluções é, portanto, a única maneira eficaz de lidar com a dependência química.

Os danos ao organismo causados pelo uso prolongado requerem atenção especial, uma vez que a gravidade dos casos aumenta a necessidade de internação desses pacientes em unidades de terapia intensiva, resultando em óbitos e/ou sequelas para o indivíduo (Santana *et al.*, 2020).

Segundo Brasil (2007), a educação em saúde é uma das principais abordagens terapêuticas empregadas nos centros de atenção à saúde. Além disso, isso pode proporcionar mais oportunidades, incentivar a cidadania, simplificar o conhecimento e auxiliar as pessoas a se fortalecerem. Ajuda a mudar o comportamento e a qualidade de vida.

3.2 ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA DEPENDENTES QUÍMICOS

Segundo Nadaleti *et al.* (2021), o consumo excessivo de substâncias ilícitas pode causar problemas sociais, físicos e psicológicos. Escritores como Reis e colaboradores (2020), argumentam que a Rede de Atenção Psicossocial é uma rede de assistência que se concentra na assistência comunitária, conectada à rede de serviços de saúde e sociais, uma vez que a oferta de cuidados para indivíduos que sofrem com problemas relacionados ao consumo de álcool e outras substâncias psicoativas devem ser baseada em dispositivos extra-hospitalares de atenção psicossocial.

Os autores citam, dentre outros locais e estratégias para lidar com o uso de substâncias psicoativas, a Atenção Básica em Saúde, a Atenção Psicossocial Especializada, a Atenção de Urgência e Emergência, a Atenção Residencial de Caráter Transitório e a Atenção Hospitalar.

3.3 ITINERÁRIO TERAPÊUTICO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE A DEPENDENTES QUÍMICOS

De acordo com Tibiriçá *et al.* (2019), a Rede de Atenção Psicossocial deve se articular para tratar e acompanhar os usuários, não se limitando a si mesma, sendo de responsabilidade da articulação intersetorial, como educação e assistência social, para ser possível o cuidado integral do indivíduo.

De acordo com Ribeiro *et al.* (2019), a construção da rede intersetorial no cuidado ao dependente de drogas requer a participação dos profissionais de saúde, incluindo recursos financeiros e humanos, e a assistência da administração. Planejar a atenção de maneira interdisciplinar, com base na comunicação entre os agentes de saúde, usuários e famílias de forma empática. A comunicação, além de resolver problemas comuns no cotidiano dos usuários e de seus familiares, também aumenta a atenção em rede. O uso de redes é essencial para expandir o cuidado que atenda às necessidades.

Apesar das dificuldades encontradas para efetivar o cuidado integral, os autores ressaltam que, o tratamento adequado para indivíduos em uso abusivo de álcool e outras substâncias ainda são possíveis através do fortalecimento dos Caps e da Raps, uma vez que o Ministério da Saúde os define

como um dispositivo de tratamento e Redução de Danos (Rd) e só pode ser eficaz quando implementado efetivamente. Dessa maneira, essas pessoas podem mudar suas vidas e deixar de ser apenas espectadores de tratamentos.

Reis *et al.* (2019) incentivam os familiares a criarem projetos terapêuticos especiais para pessoas com necessidades psicoativas, para melhores condições de assistência.

De acordo com Tibiriçá *et al.* (2019), estabelecer um vínculo adequado entre o profissional de saúde e o usuário de substâncias psicotrópicas pode ser considerado o fundamento para o tratamento desse tipo de dependência.

É importante ter em mente que, muitas vezes, o paciente permanece em uma fase pré-contemplativa, ou seja, não se sente afetado por um problema relacionado ao consumo de substâncias ilícitas. Portanto, é prudente adotar uma abordagem que priorize perguntas abertas, livres de conflitos e preconceitos, e tenha familiaridade com as técnicas de entrevista motivacional.

Dessa forma, os autores sustentam que a estratégia proporciona ao usuário de substâncias psicoativas melhores condições de reflexão sobre sua situação, permitindo que ele mesmo decida por uma alteração na sua relação com a substância psicoativa.

Conforme Reis *et al.* (2019) a abordagem terapêutica deve ser fundamentada em um plano elaborado em conjunto com o indivíduo em questão. Pacientes sem critérios de gravidade e virgens de tratamento parecem se beneficiar de intervenções psicossociais breves, realizadas no contexto primário de atenção à saúde.

Os escritores enfatizam que a orientação nessa área não é exclusiva do profissional médico. Ao contrário, os resultados positivos no tratamento da dependência química estão diretamente ligados à participação de outros profissionais de saúde envolvidos no processo, fornecendo suporte, monitorando a conduta, incentivando a abstinência, encaminhando quando necessário ou auxiliando em questões legais.

Adicionalmente, as modernas abordagens terapêuticas (especialmente as intervenções breves) tornaram a dependência de substâncias psicoativas um assunto que pode ser abordado por mais especialistas, inclusive por meio da abordagem multiprofissional na atenção primária à saúde.

A Estratégia Saúde da Família, na Atenção Básica à Saúde, estimula a mudança de modelos assistenciais, fornecendo suporte ao processo de atenção à saúde no âmbito territorial, com atendimento centrado no acolhimento e vínculo, responsável pela coordenação da assistência e continuidade do cuidado, com foco na unidade familiar.

De acordo com Santos *et al.* (2019), acredita-se que o dia a dia, o ambiente familiar, social e o lazer observado na rotina dos atendimentos indicam os rumos a serem seguidos, os objetivos a atingir e o término do trabalho, fornecendo um estímulo para a construção de uma autonomia de base e para o pleno aproveitamento dos recursos disponíveis no cotidiano do paciente.



Dessa forma, é crucial salientar que o especialista não deve interferir na decisão do cliente a quem presta assistência, mas sim ser um guia nas soluções de seus problemas, auxiliando-o na sua independência. Além disso, as estratégias de cuidado no território ajudam os profissionais de saúde a se relacionarem melhor com os pacientes e os ajudam a cuidar deles mesmos.

4 CONCLUSÃO

Com base no que foi dito, pode-se inferir que, para promover as contribuições do Grupo Terapêutico Educação em Saúde na vida dos usuários de substâncias psicoativas, é preciso compreender a complexidade do fenômeno do uso de substâncias psicoativas e intervir considerando a subjetividade de cada indivíduo e o tipo de droga utilizada.

É crucial destacar que o autocuidado é um processo que se aprende com forte influência cultural e social. Portanto, é necessário que o usuário de substâncias psicoativas decida, de forma voluntária, se envolver nas atividades de autocuidado.

Este processo educacional visa respeitar a autonomia de escolha do indivíduo, incentivar a criação de saberes fundamentados em reflexões e compreensão da vida de cada indivíduo e auxiliar na aquisição de habilidades para cuidar de si.

É importante ainda refletir sobre a magnitude do problema enfrentado pelo usuário de substâncias psicoativas, que acaba sofrendo diversas perdas, como em relação aos laços familiares, ao exercício da cidadania e ao convívio social saudável.

Dessa forma, a vivência no Grupo Terapêutico Educação em Saúde contribui para o fortalecimento dos usuários de substâncias psicoativas, permitindo o enfrentamento de medos e dificuldades através da troca de conhecimento, experiências e esperança.

Todos esses fatores contribuem para que esses usuários assumam uma postura mais ativa e responsável em seu tratamento, assumindo-se como sujeitos de suas histórias de vida, em vez de ser um objeto dependente das drogas e de uma existência sub-humana.

Dessa forma, para o psicólogo, essas experiências também são importantes para seu crescimento pessoal e profissional, uma vez que o trabalho com essa clientela é marcado por dificuldades inerentes à própria vida do usuário de substâncias psicoativas, como abandonos, transgressões e recaídas frequentes.

É importante que os profissionais de saúde, aqueles que trabalham na Rede de Atenção Psicossocial e em serviços de apoio às famílias de usuários de substâncias psicoativas assumam uma postura compreensiva e inclusiva para evitar o uso precoce de substâncias psicoativas, ajudar aqueles já envolvidos a não se tornarem dependentes e, para aqueles que já estão dependentes, oferecer meios para abandonar a droga ou padrões de uso com menos danos.



A Psicologia deve, de acordo com sua área de atuação profissional, fomentar o acesso e acolhimento adequados aos usuários de substâncias psicoativas e seus familiares, e fomentar práticas de enfrentamento ao uso de substâncias psicoativas de forma contínua e integral.

Contudo, é necessário serem realizadas mais pesquisas sobre os efeitos das ações profissionais nos contextos.



REFERÊNCIAS

ALARCON, S. Drogas psicoativas: classificação e bulário das principais drogas de abuso. In: ALARCON, S.; JORGE, M. A. S., comps. Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 103-129. ISBN 978-85-7541-539-9. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575415399.0006>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. São Paulo: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas da Universidade Federal de São Paulo (Cebid/Unifesp), Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), 2001.

CHERMACK, S. T. et al. Gender differences in the development of substance-related problems: the impact of family history of alcoholism, family history of violence, and childhood conduct problems. *Journal of Studies of Alcohol and Drugs*, v. 61, n. 6, p. 845-852, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política de Atenção Integral aos usuários de álcool e outras drogas. Portaria GM/MS, nº 2.197, de 04 de outubro de 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt2197_14_10_2004.html#:~:text=Redefine%20e%20amplia%20a%20aten%C3%A7%C3%A3o,SUS%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provi d%C3%AAncias. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. Portaria nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 23 dez. 2011, Seção 1, p. 230. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. Portaria nº 1.190, de 4 de junho de 2009. Institui o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde - SUS (PEAD 2009-2010) e define suas diretrizes gerais, ações e metas. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Caderno de educação popular e saúde. [Internet]. Brasília (DF): 2007. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_educacao_popular_saude_p1.pdf. Acesso em: 14 maio 2024.

CHEN, C. S. et al. Nurses' perceptions of psychosocial care and barriers to its provision: A qualitative study. *Journal of Nursing Research*, v. 25, n. 6, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/JNR.000000000000185>. Acesso em: 15 nov. 2024.

HISTÓRICO DA PNAD. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/subcapas-senad/historico-da-pnad>. Acesso em: 23 jan. 2025.

KIRCHNER, M. M. et al. Recaídas e a busca pelo tratamento de usuários de crack. *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, v. 14, e243627, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.243627>. Acesso em: 14 maio 2024.

MORAIS, M.; PAIXÃO, R. Significados e vivências em torno da adição de substâncias: teoria fundamentada nos dados. *Revista Baiana de Enfermagem*, v. 34, e35002, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v34.35002>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MOREIRA, T. C. O uso de álcool e a violência interpessoal. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, 2008. Acesso em: 10 nov. 2024.



NADALETI, N. P. et al. Dependência do tabaco e nível de monóxido de carbono em trabalhadores terceirizados. *Ciência & Cuidado Saúde*, v. 20, e51054, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/ciencucuidsaude.v20i0.51054>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ALVES, T. M.; ROSA, L. C. DOS S. Usos de substâncias psicoativas por mulheres: a importância de uma perspectiva de gênero. *Estudos Feministas*, v. 24, n. 2, p. 443-462, 2016. Acesso em: 10 nov. 2024.

RIBEIRO, J. P. et al. Estratégias de cuidado ao adolescente usuário de crack em tratamento. *Investigación y Educación en Enfermería*, v. 37, n. 3, e12, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17533/udea.iee.v37n3e12>. Acesso em: 7 nov. 2024.

REIS, L. M. DOS; SANTA, C. J.; AMEIDA, E. G. DE; RADOVANOVIC, C. A. T.; OLIVEIRA, M. L. F. DE. Familiares de usuários de substâncias psicoativas em busca de cuidado. *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, v. 14, e244356, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.244356>. Acesso em: 10 nov. 2024.

RODRIGUES, T. H. Entre o risco e o dano: Redução de danos, redução de riscos e prevenção no Brasil e na França. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 16, n. 1, p. 119-143, 2023. Acesso em: 10 nov. 2024.

SANTANA, C. J. et al. Characterization of patients intoxicated by drug use in intensive care. *SMAD, Revista Eletrônica de Saúde Mental Álcool e Drogas*, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.151960>. Acesso em: 14 maio 2024.

SANTOS, D. D. M. et al. Use of psychoactive substances among university students. *SMAD, Revista Eletrônica de Saúde Mental Álcool e Drogas*, v. 15, n. 3, p. 1-9, 2019. DOI: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2019.148973>. Acesso em: 14 maio 2024.

TIBIRIÇÁ, V. A. et al. Drug users' perspective on their treatment and the psychosocial care network. *SMAD, Revista Eletrônica de Saúde Mental Álcool e Drogas*, v. 15, n. 3, p. 1-9, 2019. DOI: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2019.150890>. Acesso em: 14 maio 2024.

TISOTT, Z. L. et al. Motivos da ação do redutor de danos junto ao usuário de drogas: um estudo fenomenológico. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 40, e20180062, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2019.20180062>. Acesso em: 14 maio 2024.

URDAY-CONCHA, F. et al. Percepción de riesgos y consumo de drogas en estudiantes universitarios de Enfermería. *Enfermería Actual Costa Rica (Online)*, n. 36, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15517/revenf.v0i36.33416>. Acesso em: 14 maio 2024.

SANTOS, N. T. V.; ALBUQUERQUE, R. C. H. Saúde mental, álcool e outras drogas na atenção primária. In: MORAES, M.; CASTRO, R.; PETUCO, D., orgs. *Gênero e drogas: contribuições para uma atenção integral à saúde*. Recife: Instituto PAPAÍ, 2011. Acesso em: 14 maio 2024.